

AS CIDADES SERÃO CAPAZES DE ESFRIAR O PLANETA?

O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC), divulgado neste ano, não deixa dúvidas: o aquecimento da temperatura média da Terra e as mudanças ambientais globais são realidades que não poderemos evitar, decorrentes de emissões passadas de gases causadores do efeito estufa (GEE).

No conjunto de desequilíbrios responsáveis pelo aquecimento global, as cidades figuram como consumidoras de 75% do total de energia e produtoras de 80% dos GEE.

Apesar da baixa qualidade de vida das regiões metropolitanas e grandes centros urbanos, as pessoas continuam migrando para as cidades. Atualmente, 50% da população mundial estão concentrados em centros urbanos. Esta população ocupa apenas 2% da superfície da Terra. Apesar da controvérsia científica em relação às causas do aquecimento global, essa pressão “humana” sobre o planeta e seus recursos tem contribuído para intensificar as mudanças globais. Então, a discussão sobre mudanças climáticas nas cidades é fundamental. As cidades serão capazes de esfriar o planeta?

Seguindo uma tendência internacional, alguns municípios e estados brasileiros já estão desenvolvendo ações para mitigar as causas e os impactos dessas mudanças. Destacam-se o Estado do Amazonas, o Estado e o Município de São Paulo, os Municípios de Curitiba e Rio de Janeiro.

Entre as principais medidas adotadas por essas cidades estão a criação de fóruns municipais (ou estaduais) de mudanças climáticas, a elaboração de inventário de emissões de GEE, a discussão de planos de enfrentamento das mudanças climáticas, além de investimentos para a ampliação do transporte público e da arborização urbana, saneamento e tratamento de resíduos sólidos e melhoria da qualidade do ar e da água.

Algumas ações são simples, tanto economicamente como estruturalmente. Outras envolvem grandes investimentos para obras de infraestrutura e equipamentos públicos. A questão central, entretanto, é que as principais medidas para controlar o aquecimento global dependem das posições das Nações economicamente e militarmente preponderantes no Planeta, tais como China e Estados Unidos.

Convencer esses países não é simples porque a mudança de comportamento somada às ações estatais indutoras das referidas mudanças implicarão em custos econômicos e financeiros diferenciados para cada país.

O processo de convencimento e as negociações ocorrerão em arenas internacionais e serão demoradas e custosas. As mudanças irão alterar as condições de competitividade de regiões, países e setores da economia no mercado internacional.

Apesar da complexidade existente na arena internacional, medidas simples, baseadas em ações educativas podem ser adotadas no âmbito local, desde que articuladas com governos, setor privado e comunidade.

Atualmente, pequenas ações locais como o uso de energia solar, a conservação e o reuso da água, o manejo e o reaproveitamento de resíduos sólidos demonstram que as cidades serão capazes de mitigar os impactos do aumento de temperatura no planeta. No entanto, pouco adiantarão os esforços das cidades se nas arenas internacionais as nações não vislumbrarem o meio-ambiente como eixo estratégico do desenvolvimento. O meio ambiente não é empecilho ao desenvolvimento, mas um eixo estratégico a ser observado principalmente pelos gestores públicos das nações, estados, ou municípios.

Rafael D'Almeida Martins é formado em Administração Pública (FGV-EAESP) e doutorando em Ambiente e Sociedade na UNICAMP. Diretor-executivo do Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Qualidade de Vida (CEPPS). Contato: rafael@cepps.org.br. Ver: www.cepps.org.br.

Eduardo de Lima Caldas é economista (USP). Mestre em Ciência Política (USP) e Administração Pública e Governo (FGV-EAESP) e Doutor em Ciência Política (USP). É presidente do Partido Verde em Suzano e membro do CEPPS.